

Cercas e barracos no chão

Mulher suspeita de participar do esquema de grilagem é presa por desacato

A operação desencadeada ontem no Lago Norte contra a grilagem e a invasão de áreas públicas levou ao chão, em poucos minutos, cercas e barracos. Foi um trabalho relativamente tranquilo para os mais de 50 homens que participaram da ação no Núcleo Rural Capoeira do Bálsamo.

O momento de maior tensão ocorreu muito depois da derrubada das cercas e dos barracos. Convocada para comparecer à Administração Regional, Leila Alves da Cruz, presidente da Associação dos Moradores da área invadida, acabou presa por desacato à autoridade e posterior resistência à prisão. A detenção aconteceu no prédio Administração.

Leila, suspeita de participar do esquema de grilagem, foi recebida pelo administrador, Marco Lima, e um policial civil, que a convidou a prestar depoimento na 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte). Segundo o policial, a suspeita teria dito que "não havia quem a prendesse" e começou a agredir as pessoas que estavam na sala. Descontrolada, Leila foi levada à DP e lá algemada.

O administrador assumiu que estava "atrás dela" durante todo o dia de ontem para tentar "dar o bote". Leila teria sido acusada por moradores do Núcleo Rural, durante a operação contra a grilagem, de vender terrenos no local.

A testemunha Antônio Patrício

de Mesquita, garantiu ter pago R\$ 10 a Leila, com recibo, acreditando que assim estaria protegida da expulsão do terreno que invadira. Na verdade, segundo Antônio, o preço é R\$ 20, mas como ela não tinha todo dinheiro, ficou de pagar o resto depois.

Antônia afirmou que Leila orientou-a a "passar logo pra dentro do barraco com as crianças" porque assim não seria retirada do terreno. Apesar de, em nenhum momento, ter acusado Leila de vender-lhe o terreno, a testemunha garantiu que tinha medo de ser retirada do Núcleo Rural caso não pagasse a quantia.

Leila defendeu-se afirmando que o pagamento era feito es-

pontaneamente pelos invasores para custear a incipiente associação. Ela disse que explicava a todos o destino do dinheiro: registro da associação em cartório, contratação de advogado e outros serviços. Por esta razão não entendia a confusão de Antônia.

A delegada cartorária da 9ª DP, Adryani Fernandes, afirmou que Leila não poderia ser presa por grilagem pois não existem provas contra ela. Garantiu, no entanto, que as denúncias serão investigadas.

JANAÍNA PILONI

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA

Leia mais na página 2-B